

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT) – Comunicação de**

Líder: Boa tarde, servidores e servidoras do Município de Porto Alegre. A Cidade nos acompanha neste debate, que traz o tema da concepção e do atendimento aos direitos básicos da população, que se faz através dos serviços públicos municipais. Eu quero trazer um pouco de racionalidade aqui e lamentar que mais pessoas não possam acompanhar o debate. Eu fiz isso na audiência pública, depois que o secretário adjunto apresentou os dados, e quero repetir

aqui, porque vejo muitos rostos diferentes daqueles que estavam na audiência pública, para tentar trazer um mínimo de racionalidade a este debate. Antes, quero saudar aqui a deputada Sofia Cavedon, a Maria do Rosário, a Fernanda Melchionna e o Pedro Ruas. Eu gostaria que o Peterson, do computador, pudesse projetar.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Quero pedir a atenção dos vereadores que não acompanharam a audiência pública, porque o governo trouxe este dado que está no canto inferior esquerdo dizendo que o crescimento acumulado da folha de pagamento entre 2010 e 2018 foi de 85,7%. Esta é a apresentação do governo. Peterson, por favor. Eu pedi para o colega da Câmara fazer o percurso no *site* da Prefeitura, no *site* da Secretaria da Fazenda. Aqui, estão os documentos oficiais publicados; aqui, está o balanço das finanças. Secretaria da Fazenda do Município de Porto Alegre, página 23. Na página 23, nós encontramos, nesta segunda tabela, valores corrigidos. No período de 2013 a 2017, ali, no primeiro item, “pessoal e encargos sociais”, vocês podem acompanhar que sobe de R\$ 3.190.017,00, para R\$ 3.349.891,00. Isso dá 4,9%, e não 85%! Eu quero aqui fazer uma ressalva, três anos estão de fora aqui, 2010 a 2013; mas eu gostaria de ouvir a justificativa. O próprio secretário não respondeu isto na audiência pública: o que aconteceu nesses três anos para subir para 85%? Eu até quero admitir que, talvez, nesses três anos, tenha subido mais do que nos outros anos, mas nunca 85%.

Então, esse debate começa com mentiras. Não tem como dizer diferente; estão aqui os dados, os dados oficiais! E o governo, através de seus representantes, tem que parar de dizer que não haverá prejuízos para o servidor. Haverá e haverá agora para os

servidores! Servidores já não estão sendo convocados, mesmo havendo necessidade do serviço, não estão sendo convocados, servidores que ainda não completaram os dois anos, dos regimes, não estão sendo convocados, justamente para não fecharem o seu direito, e terem depois, foram convocados até agora há pouco, em fevereiro não foram mais convocados, profissionais da educação. Então, é o exemplo claro do governo que está atacando de frente a categoria e não está dialogando! A prova está aqui, a tentativa de estabelecer o diálogo, já vem desde o início do governo, e o Prefeito está mais uma vez atacando, com uma novidade, eu acho que os vereadores, até semana passada, as conversas do plenário, eram que - não sei se mudou, não consegui falar com todos os colegas ainda - que bom, há um direito adquirido, vamos pensar nos futuros, talvez os futuros. Esse era o discurso de alguns vereadores, racionais. Não sei se isso mudou. Estou com receio de que isso tenha mudado, e as mudanças, querem fazer valer desde agora.

Então, faço um apelo aqui à racionalidade. Estamos tratando aqui, Deputada Sofia, do futuro de Porto Alegre, e há sim, uma chuva de ações judiciais já preparadas, caso esse projeto seja aprovado. Infelizmente, será a judicialização para aquilo que o governo não consegue fazer na política. Obrigado.

(Texto sem revisão final.)